



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS

PARECER Nº 0206/15

**DA 7ª COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO, SEGURANÇA, RELAÇÃO DO TRABALHO, ASSUNTOS MUN. E DEFESA DO CONSUMIDOR.**

**Processo nº - 000691/15**

**Relator: Deputado** *Antonio Albuquerque*

Encontra-se nesta Comissão para análise e parecer, o Projeto de Lei nº28/2015, de autoria do Senhor Deputado Rodrigo Cunha, que “Dispõe sobre a proibição do uso de “papel térmico” na impressão de recibos e comprovantes bancários e nos estabelecimentos comerciais, no Estado de Alagoas”.

O presente projeto trata de proibir a impressão de recibos, comprovantes, notas fiscais, cupons fiscais e outros documentos que necessitem da guarda do consumidor, por período superior a 01(um) ano.

A proposição em análise recebeu parecer favorável quando de sua apreciação no âmbito da 2ª Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Pelo projeto, fica proibida, no âmbito do Estado de Alagoas, a impressão, em papel térmico, por instituições bancárias, estabelecimentos comerciais, financeiros, de recibos, comprovantes, notas fiscais, cupons fiscais e outros documentos que necessitem da guarda do consumidor, por período superior a um ano. Essa proibição abrange aos estabelecimentos comerciais e as instituições financeiras.



Caso haja descumprimento da lei, o infrator fica sujeito às sanções do Decreto Federal nº 2.181/97, que regulamenta o Código de Defesa do Consumidor e as seguintes penalidades: advertência só quando as infrações forem de menor potencial; apreensão de bobinas de papéis térmicos que for flagranteada a utilização pelo órgão fiscalizador; multa será em montante não inferior a duzentos e não superior a três milhões de vezes o

valor da Unidade Fiscal de Referência (Ufir) ou índice equivalente que venha substituí-lo; interdição parcial ou total da atividade; além da cassação do alvará localização e funcionamento do estabelecimento.

Comparando todas as formalidades pertinentes e, não havendo óbices quanto aos aspectos que competem a esta Comissão examinar, o nosso parecer é pela aprovação do presente Projeto.

É o parecer.

SALA DAS COMISSÕES DEPUTADO JOSÉ DE MEDEIROS TAVARES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA ESTADUAL, em Maceió, 19 de novembro de 2015.

	PRESIDENTE
	RELATOR
